

# FUP cobra proposta concreta de distribuição e pagamento da PLR

## Petrobrás marca reunião com petroleiros na próxima terça, dia 12

Após o sucesso das mobilizações pela PLR nas últimas semanas, que culminaram na adesão de 90% da categoria à paralisação de 24 horas no último dia 31 de março, a gerência de Recursos Humanos da Petrobrás enviou ofício à Federação marcando uma reunião de negociação para próxima terça-feira, dia 12.

Os setores administrativo e de turno das unidades aderiram à paralisação e demonstraram a força e determinação dos petroleiros em lutar por uma proposta que contemple uma PLR linear e justa para todos. A direção da Federação espera que a empresa apresente, já na reunião de terça-feira, uma proposta concreta da PLR para os trabalhadores e data de pagamento.

### FUP cobra proposta

No último dia 5 de abril, a Federação acompanhou a audiência pública do presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sobre o balanço da empresa e a situação da Petros. Ao final da audiência, a FUP cobrou de Dutra uma proposta para a PLR e reafirmou o prazo dado pela categoria para que a empresa apresentasse uma resposta até o dia 10 de abril.

### Petrobrás questiona orientação do Planejamento

O presidente da Petrobrás confirmou que a empresa estaria marcando uma reunião de negociação e informou que havia enviado um ofício ao Ministério do Planejamento, ponderando a orientação do Ministério de distribuir a PLR dentro do limite de três remunerações individuais.

No ofício, a Petrobrás também

informa ao Ministério do Planejamento que a empresa negociou, nos anos anteriores, com os sindicatos e com a Federação uma forma mais justa e equilibrada de distribuição da PLR. A nova orientação joga por terra todos os avanços obtidos nos últimos anos. A FUP não abre mão da luta pela linearidade, reivindicação histórica dos petroleiros, desde que a PLR foi criada, em 1994, e utilizada como instrumento para enfraquecer as campanhas reivindicatórias e dividir os trabalhadores.

No documento enviado ao Planejamento, porém, a direção da empresa se compromete com um montante de PLR equivalente a três folhas de pagamento, ou seja, aos R\$ 660 milhões provisionados no balanço financeiro da Companhia que foi aprovado pela Assembléia dos Acionistas no dia 31/3. Apesar da aprovação deste montante pelos acionistas, FUP não abre mão da negociação desse valor e vai continuar buscando um valor maior de PLR, na reunião do dia 12. Em campanhas passadas, os petroleiros já conquistaram um montante de PLR maior do que o aprovado pela assembléia dos acionistas.

### Empresa lucra 17,7 bilhões

A PLR de 2004 provisionada pela empresa com o montante de R\$ 660 milhões significa uma redução de 15,06% em relação à PLR de 2003 que foi de R\$ 777 milhões. Enquanto isso, o lucro líquido da empresa foi de R\$ 17,7 bilhões, 1,31% maior do que o lucro obtido em 2003.

**Se não houver proposta, FUP indicará preparação de greve por tempo**

**determinado com parada de produção**

Se na reunião de terça-feira, a empresa não apresentar uma proposta concreta que contemple as reivindicações da categoria, a FUP vai convocar os sindicatos para a preparação de uma greve por tempo determinado com parada de produção.

### **FUP realizará seminário sobre nova Lei do Petróleo durante CONFUP**

A Federação Única dos Petroleiros estará enviando aos sindicatos uma proposta de um projeto de lei para substituir a atual de Lei do Petróleo (Lei 9.478, 16/8/97), aprovada em 1997. Os sindicatos devem realizar seminários regionais para discutir propostas para essa nova legislação que resgate a soberania nacional do setor.

O seminário nacional sobre a proposta da nova Lei do Petróleo deverá acontecer dois dias antes da realização do Congresso Nacional dos Petroleiros em data e local a serem definidos. Após a aprovação pela categoria durante o CONFUP, a Federação dará início a uma campanha nacional pela nova legislação buscando o apoio de outras entidades sindicais, movimentos sociais, OAB, ABI, ONG's, universidades e instituições de ensino e pesquisa.

## Presidente reafirma que solução da Petros será negociada com os trabalhadores

### Petrobrás vai ao senado explicar o déficit da Petros e o desempenho da empresa

Na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado - CAE, no último dia 5, as direções da Petrobrás e da Petros foram questionadas pelos Senadores do PSDB e do PFL com relação à queda dos níveis de produção da empresa em 2004 e pelos déficits do Plano Petros. Os Senadores de oposição criticaram o aumento do déficit do Plano que passou de R\$ 2,2 bilhões para mais de R\$ 5 bilhões devido às mudanças das tábuas de mortalidade. Em relação à produção da Petrobrás, os Senadores de oposição questionaram a inédita redução na produção da empresa. O presidente Dutra, demonstrou aos senadores que esta redução foi devido ao atraso na entrega das plataformas e que algumas delas foram contratadas na gestão anterior e estão sendo produzidas fora do país, gerando empregos lá fora, ao contrário da atual administração que vem contratando e construindo plataformas em nosso país. Quanto à queda na produção em 2004, Dutra demonstrou, que, em 2005, essa queda foi revertida e que a empresa vem batendo sucessivos recordes de produção.

### Petros

Quanto ao déficit da Petros, gerados pelas mudanças de premissas, principalmente a mudança nas tábuas de mortalidade do Plano Petros, Dutra afirmou que, apesar da atual Constituição Federal

determinar que qualquer déficit do Plano seja dividido entre a empresa e os participantes, o contrato desses participantes deve ser respeitado, reafirmando o compromisso da empresa em encontrar uma solução negociada com os seus participantes e assistidos. Dutra, o diretor financeiro da empresa José Gabrielli e o Presidente da Petros Wagner Pinheiro foram unânimes em criticar a administração passada que fechou o Plano Petros e tentou impor outro plano de previdência, o Petrobrás Vida, que não foi aceito pelos sindicatos e pela FUP tendo sido embargado na justiça, estando hoje 9.000 trabalhadores sem plano previdenciário. Registraram, também, que as administrações passadas não fizeram as mudanças necessárias nas premissas do Plano. Ou seja, confirmaram o que a Federação vem afirmando há muito tempo: ao não alterar as premissas do Plano, as administrações passadas esconderam os seus déficits, evitando, desta forma, que a Petrobrás aportasse os recursos necessários para a cobertura a sua cobertura.

### Fato lamentável

A FUP considera lamentável o comportamento de membros do Conselho Fiscal da Petros que repassaram informações importantes sobre a Petros, como o parecer do Conselho Fiscal rejeitando as contas da Petros, para Senadores do PSDB, municiando-os nos seus ataques contra a atual administração. Estes Senadores defenderam,

veementemente, que o déficit do Plano não pode ser pago pelos "contribuintes", mas, somente, pelos petroleiros. O presidente Wagner Pinheiro rebateu, afirmando, que o parecer do Conselho Fiscal é contraditório e tendencioso. Além disso, esse parecer só foi aprovado com o voto de desempate do seu presidente Paulo Brandão. O Presidente Wagner, afirmou, ainda, que o Paulo Brandão, que agora faz críticas à atual direção da Petros, era Diretor da Fundação no mesmo período em que ocorreram os problemas que agora são apontados no parecer do Conselho Fiscal. O nosso conselheiro na Petros, Paulo César, já havia registrado, no seu voto sobre esta matéria, estes mesmos fatos.

### FUP quer solução de pendências

A FUP entende que o déficit da Petros é de responsabilidade da empresa e que nenhum ônus deve ser repassado aos participantes. Além disso, as principais pendências da categoria não foram tratadas nesta audiência e precisam de solução. Os trabalhadores esperam e cobram solução para o grupo 78/79, para a correção dos benefícios das pensionistas, para a inclusão de todos excluídos do Plano, novos e antigos, e para a recomposição dos benefícios do Plano. A gestão paritária da Fundação é outra reivindicação dos petroleiros, que também não foi tratada nessa Audiência. A FUP apóia a correção das premissas atuariais da Petros, mas reivindica, também, a solução de todas as pendências do Plano Petros.

### Anistias

## Reintegração já dos 216 anistiados da Interbrás

Mais 216 companheiros da extinta Interbrás tiveram sua anistia conquistada e publicada no Diário Oficial da União, em Janeiro desse ano, só que, até o presente momento, ainda não foram reintegrados pela Petrobrás. A decisão sobre a reintegração foi tomada pela Comissão Especial Interministerial criada pelo decreto 5.115 assinado do presidente

Lula, em junho de 2004 e que, desde esta data, já restabeleceu a situação de mais de 400 trabalhadores da Interbrás e da Petromisa.

### Anos de luta

A anistia desses companheiros foi uma conquista de um longo processo de negociação por parte da Federação e da luta conjunta desses trabalhadores desde a

extinção da Interbras no governo Collor

### FUP cobra reintegração imediata

Conforme compromisso político estabelecido com a direção da empresa, durante a negociação da campanha reivindicatória de 2003, FUP exige uma reunião urgente a Petrobras para tratar do retorno imediato desses trabalhadores para a empresa.